



Ed. 04 Ano 03 nº 04 Julho 2013

Eleições no Sistema Conselhos

Veja o que muda no pleito de 2013.
Pág. 8



Chapas CFP

Três chapas concorrem à gestão do Federal.
Pág. 9

Chapas do Regional

Veja as propostas das chapas em Goiás e no Tocantins.
Pág. 10, 11 e 12

Violência na Atualidade

Artigo levanta o tema polêmico.
Pág. 14 e 15

Expediente

Conselho de Psicologia
9ª Região Goiás - Tocantins (CRP-09)

DIRETORIA

Conselheira Presidente:
Luciene Campos Falcão Silveira

Conselheira Vice-presidente:
Kathia Nemeth Perez

Conselheira tesoureira:
Danielle Cota Couto

Conselheira Secretária:
Danielle Cota Couto

CONSELHEIROS EFETIVOS

Elias Rodrigues de Souza
Eriko Netto de Lima
Gérley Lopes Cardoso
José Henrique Lopes da Silva
Raimundo Rocha Medrado Júnior
Sandra Valéria Nogueira Alves Silva
Wadson Arantes Gama

CONSELHEIROS SUPLENTES

Anita Coelho dos Santos
Antônio Roberto de Melo Ferreira
Glauce Kelly Ferreira
Júlia Cristina de Almeida Braz
Valterci Vieira
Ivancesar Leal de Souza

Sede do CRP-09

Avenida T-2, Qd. 76, Lt. 18, nº. 803, Setor Bueno -
Goiânia (GO),
CEP: 74210-010

Telefone: (62) 3253-1785

Fax: (62) 3285-6904

Site: www.crp09.org.br

E-mail: administracao@crp09.org.br

Seção de Base - TO

Quadra 104 Norte, Rua NE O7, Lt. 04, Sala Térrea,
Plano Diretor Norte, Palmas (TO), CEP: 77.006-026

Telefone: (63) 3215-7622

Fax: (63) 3215-1663

E-mail: secaoto@crp09.org.br

Revista R9

Edição e Textos:

Maria Cristina Furtado
(JP 01906) - (62) 8467-2337;
imprensacr09@gmail.com

Projeto Gráfico / Diagramação:

Rodrigo Silva Fernandes

Impressão:

Gráfica Renascer

Tiragem - 7 mil exemplares



Carta ao Leitor

Democracia e Psicologia

Luciene Falcão, presidente do CRP-09

A cada três anos, o Sistema Conselhos passa por um importante momento: o processo eleitoral. Graças à democracia, podemos escolher quem serão os gestores dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Psicologia. As eleições são o assunto principal desta edição e por isso trazemos com destaque a matéria de como será o processo eleitoral este ano.

Aconteceram mudanças significativas. Desta vez, serão duas modalidades de votação: por correspondência e pela internet. Atenção psicólogos (as), isso é muito importante! Para quem mora nas cidades onde terá o voto on-line, é preciso atualizar os dados fazendo o cadastramento no sistema do Cadastro Nacional. O pleito será nos dias 26 e 27 de agosto (Dia do Psicólogo).

Nas páginas seguintes, a Revista R9 abriu espaço para as chapas que concorrem a gestão do CRP-09 mostrarem as suas ideias. Conheça quem integra as chapas, se informe sobre o número de votação e as propostas. Lembrando que se trata de um espaço cedido às chapas e as informações repassadas por elas foram reproduzidas integralmente.

A página 3 contempla uma entrevista com a coordenadora da Política Nacional de Humanização regional Centro-Oeste do Ministério da Saúde, Maria Elizabeth Mori. No Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas (saiba mais na pág. 13), realizado pelo CRP-09, ela ministrou uma oficina sobre o assunto. A psicóloga é mestre em

Psicologia pela UNB e psicanalista. Elizabeth faz um resgate histórico dessa política que completa 10 anos em 2013.

Dedicamos também um espaço para relatar como foram os Congressos Regionais de Psicologia em Goiânia e em Palmas. Ele faz parte de um cronograma que culminou no Congresso Nacional de Psicologia. Esses eventos são parte de um processo democrático conquistado pela categoria, que permite a discussão e a transformação do funcionamento e das ações dos Conselhos de Psicologia. O CNP é a instância máxima de deliberação na estrutura dos Conselhos.

Nas páginas 14 e 15 podemos ler o artigo da psicóloga Vannúzia Leal, doutora em Psicologia. Ela levanta um debate importante e preocupante, o avanço da violência na atualidade. De uma argumentação primorosa, a psicóloga traz referências de pensadores da contemporaneidade. Leitura imperdível desta edição.

Para finalizar, apresento aos psicólogos e as psicólogas os novos funcionários concursados do CRP-09. São profissionais que agregam ao time do Conselho para melhor atender a categoria. Veja também que o Sindicato dos Psicólogos de Goiás foi reestruturado. Importante instrumento de representação e luta.

Boa leitura!

Luciene Falcão,
presidente do CRP-09

Entrevista

Coordenadora da PNH fala sobre os 10 anos da implantação das ações voltadas ao SUS

Há 10 anos, o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Humanização do SUS, conhecida como PNH. O objetivo é implantar ações que resultem em benefícios aos usuários do sistema público de Saúde. Durante o Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado pelo CRP-09, em abril deste ano, a coordenadora da PNH regional Centro-Oeste do Ministério da Saúde, Maria Elizabeth Mori, ministrou uma oficina sobre o assunto. Ela é psicóloga, mestre em Psicologia pela UNB e psicanalista (membro do Instituto de Psicanálise da SPB). Veja a entrevista exclusiva para a Revista R9.



Maria Elizabeth Mori
Coordenadora da PNH

A Política Nacional de Humanização do SUS (PNH) completa 10 anos. Como a senhora avalia o desenvolvimento dessa política durante esse tempo?

A PNH, formulada em 2003, foi lançada pelo Ministério da Saúde (MS) neste mesmo ano durante o Seminário Nacional dos Secretários Municipais de Saúde e I Congresso Brasileiro de Saúde e Cultura da Paz e Não Violência, em Natal (RN). Foi apresentada ao Conselho

Nacional de Saúde (CNS) em 2004, protagonizando propostas de mudanças de gestão e atenção no cotidiano dos serviços de saúde, como indissociáveis. Ressalta-se que desde 2001, o MS recebia queixas significativas dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) relacionadas aos maus-tratos nos serviços de saúde.

A Política assumiu o desafio de ressignificar o termo humanização, pois expressava práticas de saúde fragmentadas ligadas ao voluntariado, assistencialismo e paternalismo, com base na figura ideal do "bom humano" e de "serviços ideias" que não coincidem com nenhuma existência e experiência concreta. A nova síntese proposta sobre humanização apontava para buscar resultados de novas práticas no modo de se fazer o trabalho em saúde, com sujeitos engajados em práticas locais, capazes de coletivamente, transformarem realidades (produção de saúde) e de se transformarem a si próprios neste processo (produção de sujeitos).

Nos primeiros anos priorizamos a divulgação e sensibilização da Política junto a gestores, trabalhadores e usuários e a elaboração de material didático (documento-base e cartilhas). Em 2006, realizamos o primeiro curso nacional de apoiadores institucionais para trabalhadores e gestores do SUS com o intuito de apoiarmos a implementação da PNH nos serviços de saúde no País.

Como a senhora avalia a importância da participação dos profissionais da Psicologia na PNH? Como os (as) psicólogos (as) podem contribuir?

Para a PNH a atuação profissional deve acontecer de forma multiprofissional e as ações interdisciplinares. Assim, todos têm objetivo comum - produção de saúde e produção de sujeitos - ainda que cada categoria profissional tenha

sua especificidade. O dispositivo Projeto Terapêutico Singular (PTS), individual ou coletivo, prevê esta integração, pois constrói um plano de ação interdisciplinar a partir de diagnósticos. O psicólogo pode assumir este papel de articulador, fomentando a participação das várias categorias profissionais, e não somente como especialista na assistência do nível superior, no cotidiano do trabalho. O olhar da Psicologia Institucional, via processos coletivos de autoanálise e auto-gestão proposto pela Análise Institucional, Sociopsicanálise e outras teorias do movimento institucionalista, tem sido a referência para o trabalho do apoio institucional junto a grupos que querem produzir mudanças no cotidiano em Saúde.

A senhora ministrou uma oficina sobre a PNH no Seminário Regional de Psicologia e Políticas Públicas, realizado pelo CRP-09, em abril. Como os participantes receberam os estudos apresentados na ocasião?

Neste encontro apresentamos a PNH com princípios, diretrizes e dispositivos claros e o método da tríplice inclusão. Na discussão, problematizamos o conceito de humanização, ainda comumente interpretado como benevolência, caridade características do "homem bom". Para a Política, uma prática humana se faz pela democratização institucional, cogestão, garantia dos direitos dos usuários, saúde do trabalhador (cuidando de quem cuida), clínica ampliada (multiprofissional, com responsabilidade a cada caso), projetos cogidos de ambiência. Durante a conversa, os participantes apresentaram relatos do seu dia a dia de trabalho, compartilhando experiências e angústias devido ao modo de fazer que nem sempre produz saúde para usuários e trabalhadores.

Comissão de Ética orienta sobre elaboração de documentos para Autos Jurídicos



Fernando de Jesus
Doutor em Psicologia e Pós-Doutorando em Ciência Jurídica

A Comissão Permanente de Orientação e Ética do Conselho Regional de Psicologia 9ª Região (COE/CRP-09) tem atuado com processos relacionados ao trabalho do psicólogo em elaboração de documentos para Autos Jurídicos. Grande parte das denúncias que tramitam na Comissão, está relacionada à dificuldade que alguns profissionais têm em desenvolver esse trabalho.

Para elucidar melhor o assunto, a Revista R9 convidou o membro da COE, Doutor em Psicologia e Pós-Doutorando em Ciência Jurídica, Fernando de Jesus.

Veja a entrevista:

Sobre qual assunto se refere a maioria dos processos éticos em tramitação atualmente no CRP-09, na área jurídica?

Grande parte das denúncias está relacionada com a elaboração de Laudos Periciais Psicológicos e Pareceres Psicológicos.

A que é atribuído o aumento da incidência em processos como estes?

Atribuo à necessidade de que os psicólogos tenham a formação necessária para emitirem documentos forenses, com o conhecimento e a formação necessária em Psicologia Jurídica.

O que o profissional precisa saber para não se tornar alvo desse tipo de processo?

Primeiramente, as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que disciplinam a elaboração dos documentos e a atuação do Psicólogo Jurídico e, em segundo lugar, o uso da linguagem e do conteúdo adequado para as necessidades legais de tomada de decisão.

Qual a importância da Psicologia Jurídica para a elaboração de laudos e pareceres psicológicos?

A formação em Psicologia Jurídica possibilita ao psicólogo que não possui uma experiência forense a compreensão dos valores e da práxis jurídica. Desta forma, uma compreensão de como é a realidade do mundo jurídico. A Psicologia Jurídica é uma interface entre a Psicologia e o Direito.

A formação profissional em Psicologia Jurídica poderia minimizar a ocorrência de problemas éticos?

Sim. À medida que o profissional com a devida formação em Psicologia Jurídica toma conhecimento das implicações e importância da elaboração de Laudos Periciais e Pareceres Psicológicos, o mesmo passa valorizar e mudar sua atitude, com o objetivo de estar dentro da legalidade e possibilitar uma melhor informação para a tomada de decisão do usuário.

O psicólogo precisa elaborar documentos escritos para serem anexados a processos judiciais, como, por exemplo, em disputas pela guarda de filhos. Como esse profissional pode agir e se resguardar em casos como esse?

Inicialmente, o psicólogo deverá observar a Resolução nº 010/05, que aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Sempre que surgirem dúvidas, consultar o Código de Ética. Se persistirem as dúvidas, entrar em contato com a Comissão de Orientação e Ética do CRP-09. Paralelamente ao Código de Ética, devem ser cumpridas as determinações contidas na Resolução CFP nº 007/2003, que trata da elaboração dos documentos pelos psicólogos. O psicólogo deve adotar sempre um princípio de conservadorismo científico, de somente divulgar resultados, conforme os preceitos legais, e que tenha a convicção teórica e fundamentos científicos. Deve-se resguardar também em relatar somente a informação necessária, conforme a necessidade para a tomada de decisão e a demanda existente. A linguagem deve ser linguagem científica e não coloquial, isto é, devem ser cumpridas as regras da ABNT de citações.

É importante que o psicólogo, caso não seja da especialidade do assunto demandado, tenha maior cuidado ainda na utilização da linguagem própria daquele campo de conhecimento. Por isto, a importância de que quando, por exemplo, a demanda for na área de Psicologia Jurídica, que o psicólogo tenha a especialidade ou cursos afins, para evitar problemas futuros na elaboração de Laudos e Pareceres, que serão utilizados em demanda judicial.



Psicólogas Jacqueline Amaral, Amanda Lyra, Karla Garcia e Rúbia Cristina

Avaliação Psicológica:

Cuidados a serem observados ao redigir relatório/laudo psicológico

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-09 recebe muitas solicitações de orientação de profissionais da Psicologia relacionadas à avaliação psicológica. Entre as demandas mais frequentes estão as avaliações solicitadas pelo Ministério Público, Delegacia, Conselho Tutelar, ou por Juízes, em casos diversos, tais como adoção, progressão de pena, abusos sexuais, etc.

Nesses casos, a COF orienta que, na impossibilidade de realizar a avaliação, o (a) psicólogo (a) poderá justificar a negativa em função do cumprimento do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP): são deveres fundamentais dos psicólogos "assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente" (Art. 1º, alínea b), bem como é vedado ao psicólogo, "emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica" (art. 2º, alínea g).

Na situação específica de intimação por Juiz, caso o mesmo não acate a recusa, o (a) psicólogo (a) deverá providenciar os instrumentos e recursos

necessários e realizar a avaliação, sob risco de sofrer processo judicial. Nos demais casos, se o órgão não acatar a recusa, caberá ao profissional analisar, caso a caso, as consequências de aceitar, ou não, realizar a avaliação. Deverão ser considerados aspectos relevantes, como, por exemplo, os princípios fundamentais constantes no CEPP. Dentre eles, destacamos o item II: "o psicólogo (...) contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão".

Caso decida por realizar a avaliação, deverá estar atento aos critérios estabelecidos na Resolução CFP nº 07/2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, informando o estritamente necessário ao caso (conforme o CEPP, parágrafo único do art. 10).

A maioria das solicitações tem sido encaminhada para psicólogos (as) dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS e CREAS) do interior. O CRP-

09 se reuniu com a corregedora-geral da Justiça do Tribunal de Justiça de Goiás, desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, para discutir o problema da falta de equipes multidisciplinares nas Comarcas do Interior. Foi esclarecido que os profissionais que atuam nesses locais exercitam a Psicologia Social e não possuem materiais específicos para a realização de perícias e nem mesmo têm essa atribuição.

Em reunião com o coordenador do CAO Criminal do Ministério Público do Estado de Goiás, promotor Bernardo Boclin Borges, também ficou acertado que seria pedido aos promotores que se atenham às orientações do CRP-09, tendo em vista que os (as) psicólogos (as) das unidades da prefeitura podem até passar por constrangimento por não possuírem condições de efetuar o trabalho para o qual foram intimados.

A COF está à disposição da categoria para qualquer orientação. O importante é que o (a) psicólogo (a) esteja seguro de que está agindo conforme os preceitos técnicos e éticos da profissão.

No último concurso público realizado pelo CRP-09, duas novas fiscais passaram a integrar a COF. São elas as psicólogas **Amanda Lyra Rocha** e **Karla Garcia Alves**.



Corep em Goiás é marcado por participação efetiva dos profissionais

Durante dois dias, psicólogos (as) discutiram propostas para o CNP

O Conselho Regional de Psicologia 9ª Região realizou nos dias 27 e 28 de abril, o VIII Congresso Regional de Psicologia (Corep), no Hotel Plaza Inn Executive, em Goiânia (GO). Cerca de 60 psicólogos e psicólogas participaram do evento, que levantou propostas e elegeu delegados para o Congresso Nacional de Psicologia (CNP).

O primeiro dia começou com a inscrição dos delegados e as boas vindas aos participantes. Logo em seguida foi feita a eleição da Mesa Diretora e a leitura e aprovação do Regimento Interno do Corep.

Os psicólogos foram divididos em três grupos, de acordo com os eixos de discussão: Democratização do Sistema Conselhos e Ampliação das formas de

interação com a categoria; Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho; e Ampliação da Participação da Psicologia e sociedade nas Políticas Públicas.

A psicóloga Maria Tereza Figueiredo Costa, uma das relatoras do Eixo 1, conta que participou como delegada no CNP em 2004 e faz um paralelo com o processo atual. "Pude perceber uma maior participação, envolvimento e interesse da categoria. É um momento de repensar a nossa profissão e de contribuir para o desenvolvimento da Psicologia", avalia.

No Eixo 2, um dos relatores e delegado eleito para o CNP, Roberdan Ferreira de Oliveira, destaca a importância dos profissionais focarem na discussão das propostas. "Assim poderemos amadure-



cer as ideias que estão sendo discutidas aqui, afim de que os nossos objetivos sejam alcançados", afirma.

No Eixo 3, uma das relatoras, a psicóloga Raiany Cristina Andrade Lima, participa pela segunda vez do Corep. "Antes eu não percebia que os colegas de profissão estavam tão atuantes. Acho muito significativo o que foi proposto e a discussão. Além disso, estamos mais objetivos nas junções das propostas no sentido de entrar em consenso sobre a melhoria da profissão", reflete.

No segundo dia foi realizada a plenária e ao final da tarde a eleição dos delegados que participariam no CNP. A estudante de Psicologia Renata Fernandes Cardoso também foi eleita para o Congresso Nacional.

Veja quem são:

Delegados Efetivos:

Wadson Arantes Gama;
Elias Rodrigues de Souza;
Walúzia Miranda Flôres;
José Henrique Lopes;
Telma Olivera Schimidt;
Antônio Roberto de Melo Ferreira;
Antônia Maria de Souza Oliveira;
Roberdan Ferreira de Oliveira;
Carmen Sílvia Alves Salviano Maraô

Delegados Suplentes:

Marnene Soares de Souza;
Helizett Santos de Lima;
Thayana Costa Xavier;
Asenat Gobbi Daniel;
Raiany Cristina Andrade Lima;
Mayk Diego Gomes da Glória;
Eliza Manzan de Morais;
Patrícia Freire Maia;
Renato Rosa da Silva.



Psicólogos (as) do Tocantins realizam o I Congresso Regional de Psicologia

O Conselho Regional de Psicologia 9ª Região realizou, nos dias 13 e 14 de abril, o I Congresso Regional de Psicologia (I Corep), em Palmas. Participaram desse Congresso os psicólogos e as psicólogas eleitos delegados nos pré-congressos realizados pelo CRP-09 nas cidades tocantinenses, além de estudantes de Psicologia e convidados.

Durante o Corep, ocorreram a redação de propostas e a eleição de delegados para o Congresso Nacional de Psicologia. Uma estudante também foi escolhida para participar do CNP.

A coordenadora geral da Seção de Base do CRP-09 em Palmas, Mara das Neves, avalia que houve uma participação ampla no Corep, onde quase todos os delegados estavam presentes. Ela destaca que as discussões foram produtivas e serão importantes para o desenvolvimento do novo CRP no Tocantins. "Além das propostas para o CNP, elegemos algumas regionais, que serão interessantes como diretrizes para o 1º Plenário a

ser eleito no Tocantins", diz. E complementa: "o Corep foi importante também para os profissionais entenderem como funciona o Sistema Conselhos".

O delegado Eduardo Fagner Machado de Pinho falou com grande entusiasmo sobre o CNP. "É um processo tão legítimo quanto o que realizamos aqui no Tocantins. Conseguimos elencar muitas propostas que achamos válidas. Precisamos batalhar por uma valorização profissional", destaca. O CNP é uma conquista democrática da categoria, que permite a discussão e transformação do funcionamento e das ações dos Conselhos de Psicologia, por ser a instância máxima de deliberação na estrutura dos Conselhos.

Participaram do Corep em Palmas o Conselheiro-Secretário do CRP-09, Elias Rodrigues de Souza, a Coordenadora Técnica do CRP-09, Renata Costa Teixeira, e a presidente da Comissão Eleitoral, Walúzia Miranda Flôres.

Eleições 2013 no Sistema Conselhos de Psicologia

O ano de 2013 é importante para os profissionais da Psicologia. O Sistema Conselhos fará a eleição das novas gestões dos Conselhos Regionais e Federal. A eleição será nos dias 26 e 27 de agosto (Dia do Psicólogo). Portanto, fique atento a algumas mudanças no pleito.

A Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos de Psicologia, realizada em dezembro de 2011, deliberou por mudanças no processo eleitoral e definiu que, a partir das eleições de 2013, seriam duas modalidades de votação: por correspondência e/ou por internet.

Nesta primeira experiência de voto online, para que a mudança seja feita de forma gradativa, decidiu-se por separar as duas modalidades, e no site das Eleições (www.eleicoespsicologia.cfp.org.br), o (a) psicólogo (a) encontra a lista das cidades onde o voto será por internet e das cidades que votarão por correspondência.

Para que tenhamos sucesso no processo eleitoral na modalidade internet, é preciso que os (as) psicólogos (as) atualizem os seus dados fazendo o cadastramento no sistema online do Cadastro Nacional. Hoje a votação pela internet representa cerca de 80% dos eleitores.

Nova versão do site oficial das Eleições 2013

No dia 12 de junho, entrou no ar a nova versão do site das eleições 2013 do Sistema Conselhos de Psicologia, que traz a nominata das chapas que vão concorrer aos 23 Regionais e ao Federal.

Além de conhecer as (os) candidatas (os), as psicólogas e os psicólogos poderão verificar se o voto será por correspondência ou pela internet. O voto pela internet (em computador próprio ou nos postos de votação) ocorrerá nas zonas eleitorais onde for possível a instalação de postos de votação e incluirá as cidades situadas num raio de 50 km da sede, 50 km das subseções e 50 km das seções. As cidades, fora dessas dimensões, votarão por correspondência.

A categoria pode simular o voto online. O treino vai permitir esclarecer possíveis dúvidas das (os) psicólogas (os) surgidas antes da data da votação.

Para garantir a participação na eleição, é preciso atualizar os dados em: <http://cadastro.cfp.org.br>

Conheça o site e saiba mais informações em: <http://www.eleicoespsicologia.cfp.org.br/>

Comissão Eleitoral CRP-09

Membros efetivos:

CRP-09

Edna Maria Chaves (CRP-09-1175)
Narcisa Pimentel Tartuce (CRP-09-2343)

CRP-23

Giciola Silva de Melo (CRP-09-2827)
Edilza Constantino Cunha (CRP-09-1072)

Membros suplentes:

CRP-09

Rosimere Alves de Carvalho (CRP-09-1295)
Cláudia Maciel de Faria (CRP-09-2205)
Romeu Antero de Amorim (CRP-09-361)

CRP-23

César Gustavo Moraes Ramos (CRP-09-6931)
Cláudio Antônio dos Santos Silva (CRP-09-4079)

Márcia Oliveira de Menezes Pinto
Karine Belmont Chaves
Andrea Piva
Andréia Elisa Garcia de Oliveira

Chapa 22 – Fortalecer a Profissão

Mariza Monteiro Borges
Rogério de Oliveira Silva
Maria da Graça Corrêa Jacques
Sérgio Luis Braghini
Dorotéia Albuquerque de Cristo
Meire Nunes Viana
Inara Barbosa Leão
Lurdes Perez Oberg
João Baptista Fortes de Oliveira
Nadia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carvalho
Silvana Carneiro Maciel
Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro
Jacqueline de Oliveira Moreira
Madge Porto Cruz
João Carlos Alchieri
Vera Lúcia Morselli
Sandra Luzia de Souza Alencar
Roberto Moraes Cruz
Maria Augusta Rondas Speller
Jefferson de Souza Bernardes

Chapa 23 – Cuidar da Profissão

Carla Biancha Angelucci
Monalisa Nascimento dos Santos Barros
Ana Luiza de Souza Castro
Sandra M. F. de Amorim
Selma de Jesus Cobra
Ionara Dantas Estevam
Regina L. A. Pedroza
Marilene Proença Rebello de Souza
Alayde Maria Pinto Digiovanni
Pedro P. G. Bicalho
Maria Cristina B. M. Pellini
Clélia Rosane dos S. P. Zerbini
Eliana Olinda Alves
Lourdes A. Machado
Roberta F. Lemos
Ana Cleide G. Moreira
Nelson Gomes de Sant'ana e Silva Júnior
Kássia K. G. Silva
Márcia Mansur Saadallah
Eliz Marine Wiggers
Ana Hirlene de Brito Correia Oliveira
Giovanna Marafon

Veja quem são os candidatos à eleição do Conselho Federal de Psicologia

Chapa 21 – Renovação: Compromisso com a Profissão

Carla Maria Manzi Pereira Baracat
Alan Ricardo Sampaio Galleazo
Edna Silva dos Santos
Marcos Aurélio Laidane
Francinete Freire Batista
Rodrigo Pontes Mello
Glauber Vieira Ferreira
Maria de Fátima Franco dos Santos
Rochele Paz Fonseca
Ana Maria Martins Serra
Selene Franco Barreto
Leandro Fernandes Malloy Diniz
Odair José Pavesi
João Ricardo Lebert Cozac
Mônica Carolina Miranda
Lais Reis de Castro
Rodrigo Tavares de Melo
Marília Soares Arantes de Mello



Chapa Aproximação: Fortalecimento Profissional e Protagonismo Social



Integrantes da chapa:

- 01- **Alberto Tavares Calafate**
- 02 - **Anita Coelho**
- 03 - **Camila Bruschi**
- 04 - **Camila Bittar**
- 05 - **Eduardo Pinho**
- 06 - **Hareli F. G. Cecchin**
- 07 - **Jaqueline M. Calafate**
- 08 - **Jonatha Rospide**
- 09 - **Juliana Marinho Ribeiro**
- 10 - **Junia Cristine Gomes**
- 11 - **M^a de Fátima P. Correa**
- 12 - **Mariana Miranda Borges**
- 13 - **Miriam Cristina Becker**
- 14 - **Muriel Rodrigues**
- 15 - **Nara Wanda Zamora**
- 16- **Raylon Maciel**
- 17 - **Rosivânia Tosta**
- 18 - **Tássio Sales**

Propostas de Ação:

- Implementar as Comissões específicas relacionadas com a área do conhecimento Psicológico e a prática do Psicólogo, seriam elas: 1- Orientação e Fiscalização, 2- Psicologia e Políticas Públicas, 3- Psicologia e Justiça, 4- Psicologia e Trânsito, 5- Psicologia e Clínica, 6- Psicologia e Formação (estudantes), 7 – Psicologia e Educação e 8-Aquisição da Sede do CRP-23
- Dar início ao fomento em pesquisa por meio do CREPOP' S no Estado do Tocantins.
- Criar Site do CRP23, com todas as informações necessárias – em especial o trabalho das Comissões - possibilitando que os inscritos se cadastrem, recebam informações, participem de pesquisas, acompanhem as finanças e contribuam.
- Apoiar e fomentar a criação do Sindicato dos Psicólogos do Tocantins.
- Mapear os Psicólogos do Estado do Tocantins através do site e das visitas das comissões, com o intuito de identificar e apoiar as necessidades da categoria criando estratégias de aproximação por meio da interiorização.
- Aproximar de outros Conselhos de Classe em cujas áreas de atuação profissional sejam afins, com objetivo de estabelecer parcerias/apoios.
- Participação efetiva nos Conselhos e Fóruns Permanentes (Direitos Humanos, Assistência Social, Saúde, Direitos da Criança e do Adolescente, etc.).
- Divulgar o apoio permanente do CRP-23 para a realização de Orientações a cerca da prática do Psicólogo.

CRP-09 realiza o III Seminário de Psicologia e Políticas Públicas

Evento se consolida após sua terceira edição com discussões importantes para a Psicologia



A III edição do Seminário de Psicologia e Políticas Públicas aconteceu durante três dias (17 a 19 de abril), no Colégio Santo Agostinho, em Goiânia (GO). Sempre nos turnos vespertino e noturno.

A solenidade de abertura contou com a presença de autoridades estaduais e municipais. Também houve um momento cultural com o músico Xexéu, que fez um "pocket show" com os clássicos da MPB. O ponto alto da noite foi a Conferência "Políticas Públicas e o Desenvolvimento Humano", com o psicólogo argentino radicado na Colômbia, Omar Alejandro Bravo. Ele falou sobre a sua experiência profissional como psicólogo e pesquisador na Colômbia. Enfatizou, em vários momentos, como o fato de o país estar em processo de paz



mexe com a sociedade colombiana. "A população de lá tem uma visão pejorativa da guerrilha (Farc). A espera é que esse processo de paz funcione", destaca.

2º Dia

O dia 18 de abril foi dedicado aos eixos Assistência Social e Justiça.

Durante a tarde, foram realizadas as seguintes oficinas: "O fazer do psicólogo no CRAS", com Wadson Arantes Gama; "O fazer do psicólogo no CREAS", com Joselene Vieira dos Santos; "Criança e Adolescente em Conflito com a Lei", com Christine Ramos Rocha; e "Processos psicossociais de grupo", com Juliana de Castro Chaves.

À noite foram realizadas as seguintes atividades: Mesa Redonda "Perícia Psicológica Criminal na Polícia Técnico Científica, Junta Médica do Tribunal de Justiça e Agência Prisional" e "Atuação do psicólogo junto às vítimas do conflito armado e com a população penitenciária na Colômbia", com a coordenadora da mesa Gêrley Lopes Cardoso, e debatedores Orion Tadeu de Amorim (Junta Médica do Tribunal de Justiça), Handersenn Shouzo Abe (Agência Prisional), Leonardo Ferreira Faria (Polícia Técnico Científica), e o palestrante Omar Alejandro Bravo (Colômbia); Mesa Redonda "Atuação do profissional de Psicologia nas organizações policiais militares", com a coordenadora da mesa Maria José Pereira Goulart, e debatedores Míriam Terezinha Bueno Nogueira Belém (Polícia Militar GO), e Augusta Nóbrega de Oliveira (Junta Central de Saúde PMGO).

3º Dia

Os eixos Saúde e Educação foram as diretrizes do último dia (19) do Seminário.

À tarde foram realizadas as seguintes oficinas: "Política Nacional de Humanização", com a Dra. Maria Elizabeth Mori (Ministério da Saúde); "Política Nacional da Saúde Mental", com Helizett Santos de Lima; "O papel do psicólogo no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)", com Kellen Cristina Fernandes de Oliveira Nasser; "O fazer do psicólogo no CAPS", com Isabel Ferradans Mato (Caps i), Selva Rios Campelo (Caps ad), Rozi Mayry Oliveira Soares (Caps iad) e Ana Flávia de Azevedo Santos (Caps Transtorno adulto); "O fazer do psicólogo com a população em situação de rua", com Carolina Bogado Manhães.

Para finalizar, veja quais foram as oficinas da noite: "Educação Inclusiva", com Alba Lucínia da S. Magalhães de Sensi; Educação da Paz (EPAZ) – "Drogas e Violência", com Genivalda Araujo Cravo dos Santos; Educação e Medicalização, com Gisele Toassa; "A relação entre educando e educador, administrativo e família", com Alba Cristhiane Santana da Mata.





A Violência Contemporânea:

um problema do outro ou nosso?

Ao começar a escrever este pequeno texto sobre a violência com a qual temos nos deparado e que está cada vez mais próxima de cada um de nós, fiquei me perguntando: qual é a sua gênese? Que processo é esse que nos toca, nos oprime e nos mobiliza, ou não, para a ação? É “a violência do mundo”? Como diria o pensador, Edgar Morin, “um tumor no planeta”? É exatamente esse o tema que Jean Baudrillard e Edgar Morin (2004) colocam em discussão depois do atentado às Torres Gêmeas em Nova York, em 11 de setembro de 2001. Os pensadores fazem uma análise complexa da violência global, a partir da qualificação sobre a violência local.

A violência local é um fenômeno, antes de tudo global? Ela é fruto de uma multiplicidade de elementos constitu-

ídos na História da humanidade e que envolve o entrelaçamento de aspectos políticos, culturais e sociais que formam um tecido vivo e altamente perigoso? Ora, se é isso mesmo, então o problema não é do outro, como estamos acostumados a pensar e a declarar quando nos deparamos com algum acontecimento violento. O problema é nosso! E, se ele é nosso, não há como ficarmos inertes, como se fôssemos vítimas de um “jogo mortal”. Ao contrário, como propõe Maati Kabbal (2004, p. 30), é preciso “aprender a lógica e a estética” desse “jogo mortal de espelho entre o “eu” e o “outro”, interrogar a globalidade da violência” e reagir.

O certo é que é grave a constatação de que “existem muitas iniciativas, mas não integradas, umas às outras”.

Nesse sentido, parafraseando Edgar Morin (2004), dizemos que não há vontade política de construir uma vida local sem violência. Então é preciso agir. Contudo devemos estar atentos ao complexo processo de produção cultural da violência. Somos sujeitos, ou não, desse processo? Afinal, o nosso horror perante os acontecimentos violentos de nossa cidade também é perpassado pela mídia, isto é, pelas imagens que ela veicula e que ocupam o lugar dos sentidos subjetivos que geramos sobre eles. Sobre isso, devemos nos perguntar: que emoções nós geramos mediante as notícias desses acontecimentos? Como nos posicionar em relação a eles? O que poderá orientar as nossas práticas e as nossas ações para que possamos construir uma vida digna na cidade?

Comumente deixamos que a imagem midiática esgote o acontecimento e que nos distancie dele, ou seja, da sua concretude. Quantas vezes não permitimos que o impacto do acontecimento se perca nas nossas “considerações políticas e morais” sobre ele? No final das contas, fica por isso mesmo!

De alguma forma precisamos tomar consciência da subjetividade que produzimos sobre as nossas relações, sobre a nossa vida concreta - implicada na produção da violência - para que possamos ocupar o lugar desses acontecimentos, compreendê-los, dialogar com eles e reagirmos. Somente assim poderemos nos comprometer com a construção de uma nova humanidade, mais solidária. É importante lembrar o papel das políticas públicas a serem elaboradas e desenvolvidas pela Psicologia que precisa se aproximar dos acontecimentos violentos para compreendê-los.

Estamos dialeticamente envolvidos na produção da violência (GONZÁLEZ REY, 2003). Nisso há processos simbóli-

cos e emocionais que desconhecemos e que podem orientar nossas ações, de caráter gerativo e não reprodutivo. Porém, como articular esses processos na produção subjetiva de uma cultura da não violência? Não será esse um dos nossos desafios ao assumirmos a Psicologia como ciência e como profissão? Afinal, reconhecer a produção subjetiva da violência na nossa cidade é reconhecer a necessidade de articularmos nas nossas ações profissionais os múltiplos aspectos sociais e psicológicos que compõem os acontecimentos violentos.

Aproveito o espaço, tão gentilmente a mim concedido, para compartilhar essas reflexões, e lembro que o exercício da profissão de psicólogo é, nesse sentido, um privilégio. Nos ajuda a nos desenvolvermos e a nos envolvermos na constituição de uma sociedade local menos violenta, o que poderá repercutir na sociedade global. Quem sabe?

Eu, particularmente, acredito nisso. Mediante os horrores da violência cotidiana, temos que nos posicionar, cada

um do seu jeito, mas todos juntos, ao mesmo tempo, como propõe Edgar Morin (2004, p. 96) ao discutir sobre a violência do mundo: unir, a partir daquilo que se tem em comum, “a universalidade, a solidariedade [...]”, mas não somente a partir disso, porque também precisamos nos confrontar com a violência que vivemos. Não deixemos que o nosso lugar de humanos seja ocupado pelos discursos da mídia, da política partidária, das religiões sectárias. Nos colocamos em situação de risco quando produzimos uma subjetividade social que perpetua modos de vida violentos.

Para terminar recorro, mais uma vez, ao pensamento de Edgar Morin (2004, p. 48), de que “toda violência não é “a priori cúmplice do curso natural das coisas, do curso inexorável da globalização”, porém, da singularidade do fenômeno em cada espaço social.

Vannúzia Leal, Professora da PUC-GO, Doutora em Psicologia. Linha de Pesquisa: Família, subjetividade e desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS:

- González Rey (2003).** *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thonsom.
- Jean Baudrillard e Morin, Edgar (2004).** *A violência do mundo*. Rio de Janeiro: Anima.
- Maati Kabbal (2004).** *Sobre a violência do mundo*. Em Jean Baudrillard e Edgar Morin. *Aviolência do mundo*. Rio de Janeiro: Anima. Pp. 30-31.
- Peres, Vannúzia Leal Andrade e Martins, Luiz Roberto Rodrigues (2012).** *A produção subjetiva da violência nas escolas: indicador de sentido para avaliação e desenvolvimento de política educacional*. *Rev. psicopedag.*, 2012, vol. 29, nº. 90, p. 320-329.



Vannúzia Leal
faz palestra a profissionais da Psicologia



Concurso Público

O CRP-09 realizou concurso público para contratação de novos profissionais, que já estão atuando na sede, em Goiânia, e na Seção de Base, em Palmas. A intenção é agilizar o atendimento aos psicólogos e às psicólogas.

Veja quem são os novos funcionários do Conselho:

Goiânia

Izis Tavares Alfaia – Assistente Administrativo

Bruna Domingues Bastos – Analista Administrativo I

Janaína de Faria Lima – Analista Administrativo I

Karla Garcia Alves – Analista de Fiscalização I

Amanda Lyra Rocha – Analista de Fiscalização I

Thiago de Aguiar Neto – Analista Financeiro I

Palmas

Thalita Pereira da Cunha – Assistente Administrativo

Reestruturação do Sindicato dos Psicólogos de Goiás

No dia 27 de abril, tomou posse a diretoria provisória do Sindicato dos Psicólogos do Estado de Goiás.

O Sindicato cumpre um importante papel social. Além de negociar salários, ele estabelece acordos coletivos com os empregadores e busca melhorar as condições de trabalho dos profissionais que representa. Lutas como as 30 horas para os psicólogos e o piso salarial ganham importante reforço.

Os interessados em se filiar podem fazer contato com o presidente do Sindicato, Renato Rosa da Silva, pelo e-mail: renatos961@hotmail.com.

Veja quem participa da diretoria provisória:

Presidente: Renato Rosa da Silva

Secretário Geral: Elias Rodrigues de Souza

Tesoureira: Cláudia Maciel de Farias

1ª Tesoureira: Liana de Almeida Noletto

1ª Secretária: Nadyene Moreira S. Borges

Suplentes:

Walúzia Miranda Flôres

Wanessa Santos Garcia

Kelly Cristina Rezende

Antônio Roberto de Melo Ferreira

Agda Míriam Moraes Souza